



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO Nº 21/2010

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 8 de Abril de 2010

MOÇÃO

OPÇÕES POLÍTICAS

Sendo o sector dos transportes, um sector preponderante no modelo de desenvolvimento e modernização de qualquer país, é pouco entendível a inscrição no PEC (Programa de estabilidade e crescimento) de medidas que visam a privatização do Sector Ferroviário.

A CP Carga e a EMEF, operadoras de mercadorias e manutenção do equipamento ferroviário (onde se realizam desde as grandes reparações às pequenas intervenções diárias), são empresas estratégicas que constituem alavancas fundamentais para o desenvolvimento do país, assim como à prestação de serviços essenciais às populações.

As opções políticas correctas e adequadas seriam:

Dotar as empresas com capacidade de potenciar e promover mão-de-obra qualificada, que existe, em vez de dar a monopólios privados nacionais e internacionais, mais linhas urbanas ferroviárias rentáveis a juntar às que já são exploradas pela FERTAGUS, M.T.S e Metro do Porto;

Não permitir a entrega a terceiros, quando existem condições objectivas para se efectuar por estas empresas a realização do trabalho, o que permitiria também uma maior ocupação efectiva dos trabalhadores, reforçando e salvaguardando direitos e postos de trabalho;

Estas são opções políticas, pela prestação de serviços públicos de qualidade, de combate e despromoção do trabalho precário em detrimento de interesses de exploração e acumulação de lucros privada.

Na gestão do material circulante de passageiros impõe-se outras opções políticas. Não existe necessidade de alugar Automotoras a Espanha, tendo em linha de conta que existem no nosso país diversas opções no universo do património ferroviário que oferecem garantias de realização do mesmo trabalho com custos mais reduzidos e com a certeza de que a reparação/manutenção é feita em Portugal.

As opções políticas contidas no PEC, visam na realidade justificar decisões erradas que passam por dar continuidade a uma política laboral assente numa matriz de redução dos salários dos trabalhadores, com tentativa de retirar direitos e colocar em causa mais postos de trabalho.

Basta lembrar as propostas do governo para o sector ferroviário que por objectivo tem o bloqueio à contratação colectiva e o congelamento dos salários entre 2010 e 2013, que a impor-se iria originar um agravamento das condições de vida dos trabalhadores do sector.

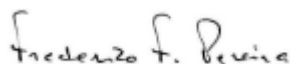
Assim a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida no dia 8 de Abril de 2010 decide:

Tendo em conta a importância não só da manutenção do pólo ferroviário como do seu reforço no concelho do Barreiro, manifestar o seu apoio e solidariedade aos trabalhadores em luta contra a privatização de parte de um sector determinante para a economia nacional.

Aprovada por maioria

Com 22 votos a favor da CDU e do BE, 10 votos contra do PS e 2 abstenções do PSD

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro



Frederico Pereira